

UMA ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES MARANHENSES PARA A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

WALBER LINS PONTES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)

CAMILA RAFAELE MONTEIRO PONTES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

LUCIANA SANTOS PAES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)

Agradecimento à órgão de fomento:

Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Grupo de estudos e Pesquisas em Estratégias e tecnologias Organizacionais (GEPEETO)

UMA ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES MARANHENSES PARA A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

1 INTRODUÇÃO

O contexto econômico global é marcado pela interação entre diversos países, enredados pela interdependência de relações comerciais formadas entre as nações. A expansão das multinacionais é proveniente do processo de globalização da economia e permite o crescimento e amadurecimento das relações financeiras, bem como a transferência de tecnologia e concepção de vínculos trabalhistas. Já os índices de importação e exportação são relativos à compra e venda respectivamente, definindo o saldo da balança comercial de cada país.

Inserido nesse cenário, o Brasil possui uma rede de relações comerciais que atingem diversos setores de interesse, com uma variedade de produtos compondo o mercado. A produção primária - como a agropecuária e extração de minérios -, além da produção industrial, fazem parte da pauta exportadora brasileira, com destino a países como Estados Unidos, Argentina, Alemanha, Canadá e nações provenientes do continente asiático, como China, Japão e Coreia do Sul. Ainda, há a recepção de mercadorias desses mesmos países, o que resulta em uma série intrincada de negociações feitas para gerir as trocas comerciais.

No que se refere à relação comercial brasileira, nota-se a influência chinesa sobre os índices de exportação e importação. Em 2009, a República Popular da China passa a ocupar o primeiro lugar no *ranking* de exportadores da produção brasileira, de acordo com o Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2019), mantendo-se até 2018, onde o montante chegou a aproximadamente US\$ 64,21 Bilhões, com uma participação de 26,8% nas exportações do ano.

A influência chinesa estende-se à região nordeste, onde o país asiático é um dos principais receptores de mercadorias nordestinas, abarcando grandes fatias de mercados como os dos estados da Bahia e Maranhão, o último destinando aproximadamente 26% de seu mercado exportador para o país asiático, em 2018 (BRASIL, 2019). Os índices econômicos do estado do Maranhão são influenciados pelas ações de promoção ao comércio exterior, que, por sua vez, conta com uma forte presença da República Popular da China.

Encontra-se, portanto, uma variedade de estudos sobre as relações históricas e comerciais entre a República Popular da China e o Brasil, bem como análises de sua importância para a manutenção de saldos comerciais dos dois países. Quanto ao que se refere ao estado do Maranhão, entretanto, a abordagem fica por conta de dados ministeriais e a produção científica da área, havendo modificações no mercado e nas relações comerciais entre o estado e a China, no decorrer dos últimos quatro anos.

Explorações recentes feitas por dirigentes do estado do Maranhão demonstram que a aproximação entre estado e o país asiático são de interesse para a economia maranhense. Em 2017, um grupo composto pelo então secretário de Indústria, Comércio e Energia e pelo secretário de Programas Especiais do Maranhão embarcaram rumo à República Popular da China com o objetivo de estreitar as relações comerciais entre os territórios e atrair investimento chinês, segundo dados obtidos através da Agência de Notícias do Governo do Estado (MARANHÃO, 2017).

É no intuito de descrever a relação entre a economia maranhense e as exportações com destino a China nos últimos quatro anos que a pesquisa traz como questão-problema: *Quais as características do comércio exterior maranhense com a República Popular da China?* Sendo o item apresentado através de uma exposição de dados sobre as exportações maranhenses para o país.

Desta maneira, a escolha do tema proposto foi feita visando contribuir para o entendimento sobre as interações comerciais do estado do Maranhão com a República Popular da China, através da exploração de dados recentes que concernem à relação comercial estabelecida entre os dois territórios, ao que se refere à balança comercial maranhense e as exportações com destino a China. Assim, o objetivo geral a ser alcançado pela pesquisa é o entendimento das características das exportações maranhenses para a República Popular da China.

Para tanto, os objetivos específicos foram divididos em capítulos, tratando, primeiramente da descrição das características do comércio exterior maranhense nos últimos quatro anos; da caracterização da evolução do comércio exterior maranhense com a República Popular da China entre 2015 e 2018, juntamente com a identificação dos produtos que fundamentam a pauta exportadora do estado do Maranhão nessa relação; a avaliação da dependência maranhense do comércio exterior com o país asiático; e por fim o nível de participação do estado do Maranhão em relação às exportações brasileiras para a China.

A pesquisa é composta pela introdução, referencial teórico abordando os principais conceitos utilizados para a produção do trabalho, metodologia aplicada, apresentação de resultados e considerações finais.

2 O COMÉRCIO INTERNACIONAL

Os estudos sobre a economia internacional e comércio exterior possuem o objetivo de compreender os mecanismos das trocas comerciais e descrever métodos utilizados pelas nações que garantam vantagens na venda e compra de mercadorias a nível internacional. Na concepção de Werneck (2011, p. 22): “Se vendedor e comprador estão situados em diferentes países, trata-se de comércio internacional [...]”, definição esta que relaciona o comércio entre diferentes nações com a separação territorial, determinante nos trâmites comerciais.

Por sua vez, trazendo a ideia de resultados financeiros provenientes da negociação e da comercialização realizada entre as nações, Soares (2004) descreve o comércio exterior como a operação que gera um transporte internacional de mercadorias com o resultado financeiro que necessita de uma operação de câmbio.

As nações realizam trocas comerciais entre si por possuírem diferenças, como pontuado por Krugman e Obstfeld (2015), e essas diferenças determinam que cada país produza aquilo no qual possua vantagem, com mais eficiência do que se viesse a produzir em seu próprio território todos os bens que consome. Cassano (2002), por sua vez, comenta que, segundo a óptica da ciência econômica, o comércio internacional é utilizado pelas nações para a completa utilização de seus fatores produtivos.

A primeira abordagem sobre comércio internacional surge a partir dos estudos mercantilistas, sob o contexto da expansão econômica mundial, comércio de metais preciosos e aplicação de práticas protecionistas, além da visão estática do uso de recursos econômicos, tais como capital, trabalho e insumos. O protecionismo, segundo a óptica dos mercantilistas, era consequência da influência direta do poder estatal sobre mercado e do pressuposto de que uma nação apresentava poderio econômico quando o nível de exportações excedia o nível de importações (SALVATORE, 2000).

Logo em seguida, nos séculos XVIII e XIX, surgem os teóricos pertencentes à teoria clássica do comércio internacional. Os novos estudos fazem contraponto com os mercantilistas em relação ao papel do Estado nas relações comerciais, reduzindo o poder estatal e necessidade de regulamentação, reforçando as ideias propostas pelo liberalismo econômico.

Adam Smith, na publicação da obra *A Riqueza das Nações*, de 1776, defende que a base do comércio entre nações seria a especialização da produção, onde o país tende a ter foco na

produção do bem ao qual tem vantagem absoluta sobre os demais, com ganhos advindos da diminuição de custos, devido ao uso da menor quantidade de insumos e do aumento da produtividade por hora trabalhada. No entendimento de Smith (2009), os países deveriam adquirir através do comércio com outros países, aqueles produtos aos quais não possuem vantagem absoluta, estabelecendo assim o equilíbrio do comércio entre nações.

Ainda na teoria clássica do comércio internacional, David Ricardo, na obra *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817), constrói a Lei das Vantagens Comparativas, estendendo as ideias de Adam Smith. Assim, Ricardo (2001) estabelece que as nações têm tendência a produzir aquilo que possui vantagens em comparação com as demais, vantagens essas que provêm também da produtividade - em uma análise sobre recursos utilizados, mão de obra necessária e horas trabalhadas para a produção. O país, então, produz aquilo no qual é mais eficiente e adquire aqueles bens aos qual sua vantagem comparativa é menor.

Pertencente à teoria neoclássica (século XX), o teorema proposto por Hecksher (1919) e Ohlin (1933), com contribuições de Samuelson (1948), é conhecido como a Teoria das Dotações de Valores ou Modelo Hecksher-Ohlin e estabelece um estudo a partir do pressuposto de que “[...] os países tendem a exportar mercadorias cuja produção seja intensiva nos fatores com os quais os países são dotados abundantemente [...]” (KRUGMAN; OBSTFELD, 2015, p. 76), o que demonstra que a especialidade de um país seria fortemente influenciada pela abundância de fatores de produção, como recursos naturais, recursos humanos e capital necessário. A presença desses fatores em um país incide diretamente na diminuição de custos e, portanto, representam uma vantagem sobre países que não possuem as mesmas condições de produção.

O Paradoxo de Leontief, enfatizado por Machado (1997), partiu do teste experimental de Wassily Leontief (1953) acerca do funcionamento do já citado Modelo Hecksher-Ohlin, obtendo resultados contrários ao esperado. A pesquisa empírica de Leontief foi realizada tendo como objeto de estudo o comércio exterior dos Estados Unidos, onde, pela Teoria da Dotação de valores, citada anteriormente, as exportações deveriam ser compostas de bens intensivos do fator capital, já que tal fator era abundante no país de estudo.

O que se observou através das informações reunidas por Leontief, entretanto, foi um cenário oposto: as exportações americanas eram mais intensivas em fator trabalho do que se comparado às importações, resultado inesperado diante do proposto pelo Modelo Hecksher-Ohlin.

Após as teorias neoclássicas, outros estudos foram feitos, como o de Linder (1961), que avaliava o comércio internacional não pelo viés da vantagem comparativa, mas em um estudo sobre demanda como condutor do equilíbrio do comércio entre nações e ainda acrescentando a existência de produtos não homogêneos, com diferentes características e atributos. Por sua vez, Vernon (1979) defendia a Teoria do Ciclo de Vida dos Produtos, teoria que associa o mercado internacional a tecnologia acrescida aos produtos.

Porter (1989) compreende que os estudos feitos anteriormente, pertencentes a teoria clássica do comércio internacional, definem os fatores de produção como recursos naturais e uso da mão de obra, com base nesses fatores desenvolvem as vantagens comparativas, porém não considerando os efeitos da globalização e ampliação tecnológica, principalmente no que diz respeito ao setor industrial, além da diferenciação de mercados e produtos, o que gerou a busca por vantagens competitivas fundamentado na melhoria, na inovação e nas mudanças, como fatores essenciais na obtenção de vantagens competitivas:

Krugman e Obstfeld (2015), os retornos crescentes de escala são fatores determinantes para a mudança de foco do comércio internacional. Segundo o autor, a aglomeração de produtores permite que o foco passe a ser o comércio regional e não o comércio entre nações

anteriormente citado e também ressalta a importância das economias de escala para o comércio internacional (HELPMAN; KRUGMAN, 1991).

A partir do conhecimento das teorias de comércio internacional e das diferentes percepções da obtenção da vantagem no comércio entre nações, podemos entender os conceitos referentes à balança comercial e contextualizá-los de acordo com as características do comércio exterior brasileiro e, em uma perspectiva regional, estudar o comércio exterior maranhense.

3 O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

A balança comercial está relacionada com a entrada e saída da produção de um país, através da exportação e importação (BRUM, 2005). O Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2019) define que “[...] a exportação compreende a saída temporária ou definitiva em território nacional de bens ou serviços originários ou procedentes do país, a título oneroso ou gratuito.” Por sua vez, a importação “[...] compreende a entrada temporária ou definitiva em território nacional de bens ou serviços originários ou procedentes de outros países, a título oneroso ou gratuito.” (BRASIL, 2019).

Castro (2004) considera que há uma relação entre a saída de produtos de um determinado país e a entrada de capital em relação às exportações. Por sua vez, a importação torna-se o oposto, visto que, segundo o autor, é a entrada de mercadorias, resultando na saída do capital.

Na visão de Carbaugh (2004), quando o saldo entre exportações e importações é positivo, há superávit comercial, quando o saldo é negativo, há um déficit e o equilíbrio do comércio externo dá-se quando não ocorre déficit ou superávit na balança de pagamento. As políticas econômicas adotadas por cada país afetam diretamente os resultados da balança comercial. Políticas de proteção à produção nacional, políticas de abertura ao capital estrangeiro, índices de incentivo à exportação e a importação são fatores responsáveis pela flutuação dos índices do comércio exterior.

Dessa forma, a política voltada ao comércio exterior brasileiro passou por diversas alterações na linha histórica do país, passando pelas práticas de proteção ao mercado nacional, até a adoção de medidas de abertura econômica.

A integração brasileira ao comércio internacional teve início no período colonial, como enfatizado por Brum (2005), por meio da produção manufatureira dedicada à exportação, que contava com o forte domínio da coroa portuguesa e influência inglesa, produzindo e exportando com o objetivo de fortalecer o comércio da metrópole. As práticas do capitalismo mercantil eram alicerces para o desenvolvimento do comércio do Brasil colônia. Após o período de colônia, o Brasil passou por tentativas de alteração do mercado, e da expansão da indústria frente a uma cultura de manufatura.

A partir 1930, impulsionado pelos ideais nacionalistas e de proteção do mercado nacional, o setor industrial brasileiro passou por um forte crescimento, com o intuito de aproveitar os fatores econômicos que o país possuía e desestimular a importação de bens. Brum (2005) considera que a década de 50 foi marcada pela maior abertura a empresas multinacionais e ao investimento estrangeiro, promovido pelo governo de Juscelino Kubitschek

Até 1960, o comércio exterior brasileiro foi caracterizado por práticas de proteção a produção nacional, de acordo com Baumann (2004). Em 1965, os métodos de incentivo à exportação começam a surgir, através de isenções de impostos, porém ainda se aplicavam medidas que controlavam a importação de produtos com a intenção de preservar o equilíbrio da economia brasileira.

Em 1987, deu-se início a reformas com novo estudo sobre as tributações aplicadas sobre as exportações e importações brasileiras, o que levou a programas de redução de tarifas em 1988

e 1991 e o Plano real em 1994, bem como o reforma de 1990 que implicou ainda a eliminação dos regimes especiais de importação e das barreiras não-tarifárias e o MERCOSUL em 1995 (BAUMANN, 2004).

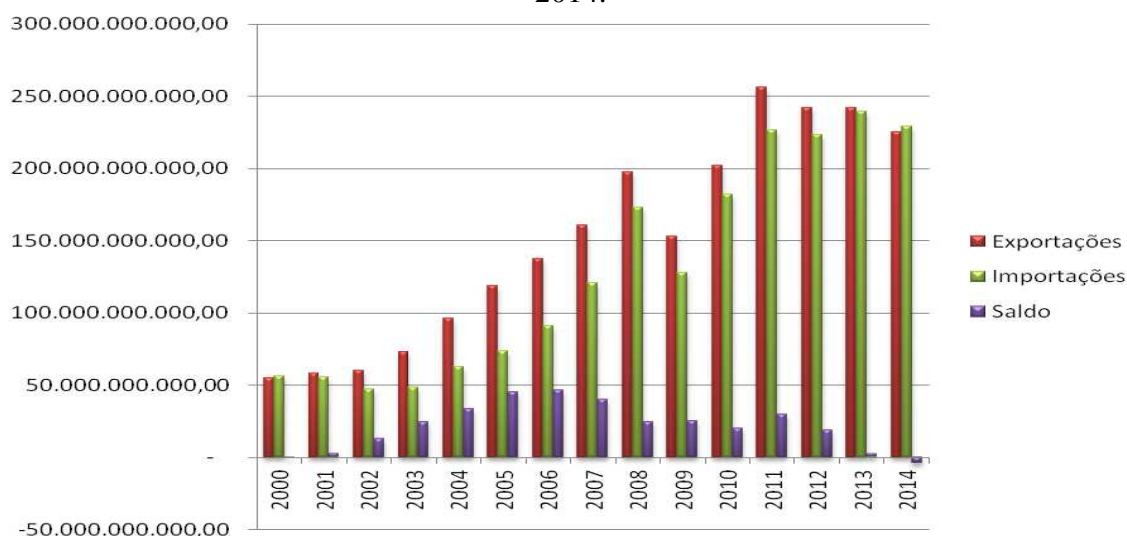
Em relação à economia brasileira, os anos de 1990 a 2000 foram marcados por uma série de técnicas neoliberais para a contenção dos índices de inflação, como o Plano Real, em 1993, que programou medidas de ajuste fiscal e implantou o Real como moeda oficial brasileira (BRUM, 2005).

Gonçalves (2005), o fenômeno de reprimarização, ocorrida entre os anos de 2003 a 2004, decorreria da substituição das exportações de produtos manufaturados pela exportação de produtos básicos, primários, como consequência da variação e aumento do preço das commodities a nível internacional, tornando-se atrativo ao mercado brasileiro investir em produtos com pouco ou nenhum processamento.

A forte presença da produção primária na pauta exportadora do país também sugere maior dependência do mercado internacional e, por tanto, maior vulnerabilidade em relação à economia externa (GONÇALVES, 2005).

De 2000 a 2014 o Brasil passou por uma série de altas e baixas econômicas acompanhando o cenário internacional, fato que se refletiu nas exportações e importações brasileiras, como pode ser observado no Gráfico 1.

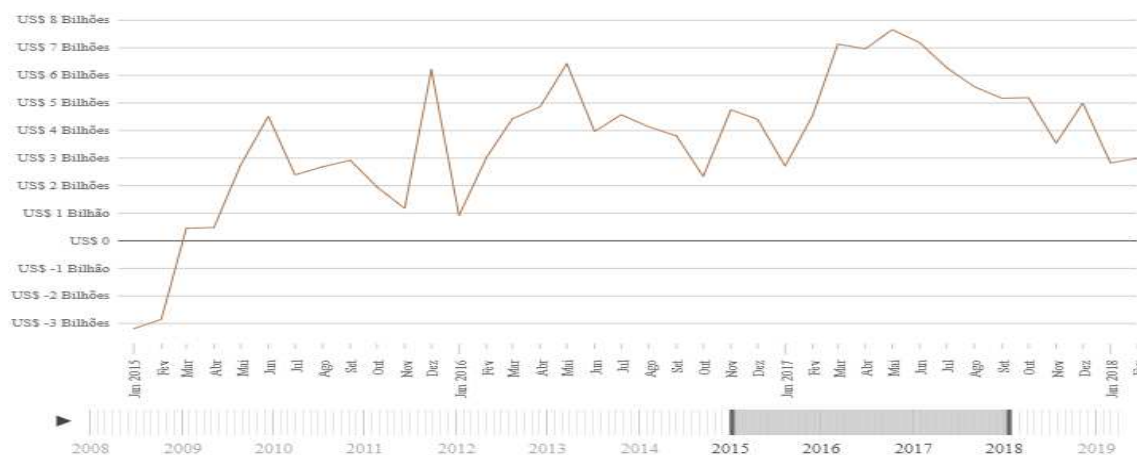
Gráfico 1 – Exportações, importações e saldo da balança comercial entre os anos de 2000 a 2014.



Fonte: Dados da pesquisa.

Em 2014, o Brasil apresentou saldos deficitários na balança comercial, voltando a obter crescimento em 2015 e registrando saldo positivo em 2016. Dados obtidos no Ministério da Economia, através da pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços, bem como por meio do sistema *Comex Vis*, em 2017, o país exportou um valor total de US\$ 217.739,2 Milhões e importou US\$ 150.749,5 Milhões, gerando um saldo superavitário de US\$ 66.989,72 Milhões (BRASIL, 2019) (GRÁFICO 2).

Gráfico 2 – Saldo da balança comercial de 2015 a 2018.



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Fonte: Brasil (2019).

Os índices positivos em relação a balança comercial se mantiveram em 2018, como demonstrado no Gráfico 2, com cerca de US\$ 58,66 Bilhões, mesmo com a diferença de US\$ 8,33 Bilhões em relação ao ano anterior (BRASIL, 2019).

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo faz-se uma apresentação da metodologia utilizada na pesquisa, para entender as características do comércio exterior do estado do Maranhão com a República Popular da China, percorrendo sua classificação segundo autores da área e apresentando bases utilizadas para a coleta e análise de dados. Para tanto, foi utilizada a taxonomia de tipos de pesquisa segundo Vergara (2004), classificando o estudo seguindo os critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto a sua finalidade, pode ser classificada como exploratória que, de acordo com Gil (2010) considera ter o objetivo de explicitar e obter familiaridade com o problema proposto. A pesquisa tem caráter exploratório, que: “Caracteriza-se por uma primeira aproximação com o tema-problema-objeto e busca estabelecer os primeiros contatos com o fenômeno de interesse.” (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013, p. 64).

Assumiu também um enfoque qualitativo descritivo, por analisar, classificar, interpretar e apresentar as características do comércio exterior do Maranhão com a República Popular da China, através da descrição de dados obtidos no decorrer do estudo (VERGARA, 2004).

Trata ainda do uso de livros que contemplem a temática sobre economia internacional, comércio exterior, balança comercial e desenvolvimento econômico a nível nacional e regional. Conta artigos publicados na área e relatórios sobre exportação, importação e o saldo balança comercial. Por tanto, segundo a classificação de Vergara (2004), a pesquisa pode ser classificada como um estudo bibliográfico que faz uso de dados secundários.

No entendimento de Mattar (2005), dados primários são aqueles nunca obtidos e analisados em trabalhos anteriores, por tanto, como a presente pesquisa se utilizará de informações contidas e organizadas por bases de dados, fará uso de dados secundários.

As bases de dados para pesquisa de artigos utilizados para compor o referencial teórico foram a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Revista Econômica do Nordeste (REN), pertencente ao Banco do Nordeste, Empresa Brasileira de

Pesquisa Agropecuária (Embrapa), entre outras bases de pesquisa científica da área, segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A coleta e análise de dados será realizada a partir de informações disponibilizadas por órgãos governamentais, sendo o primeiro o Ministério da Economia (BRASIL, 2019), antigo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), que por sua vez faz uso do projeto *Comex Vis*, que apresenta gráficos dinâmicos construídos com dados sobre o comércio exterior do país, estados e municípios, além de apresentar informações sobre países parceiros e setores econômicos por intensidade tecnológica, atualizado semanalmente e mensalmente com valores da balança comercial. Também se faz uso da plataforma *Comexstat*, que oferece dados brutos para análise, reunidos pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX).

Para a apresentação de produtos que compõe a pauta exportadora maranhense, foi-se utilizado a *Standard International Trade Classification (SITC)* ou Classificação Uniforme para o Comércio Internacional (CUCI), apresentando a numeração e descrição seguindo a mencionada taxonomia. A divisão utilizada para exposição seria a de grupo de produtos, visto que contém a nomenclatura com nível de detalhamento maior se comparado à divisão por seção, também encontrada na plataforma *Comexstat*.

Ainda, os dados serão demonstrados através do preço, não sendo discutido para fins de análise o volume ou quilograma líquido. A nomenclatura Valor FOB foi utilizada com base no Manual de Utilização dos Dados Estatísticos do Comércio Exterior Brasileiro.

O valor FOB indica o preço da mercadoria em dólares americanos sob o Incoterm FOB (Free on Board), modalidade na qual o vendedor é responsável por embarcar a mercadoria enquanto o comprador assume o pagamento do frete, seguros e demais custos pós embarque. Nesse caso, o valor informado da mercadoria expressa o valor exclusivamente da mercadoria. (BRASIL, 2019, p. 19).

Os dados presentes no Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) também serão utilizados para coleta de informações sobre o comércio exterior e balança comercial, a nível estadual, utilizando relatórios divulgados pelo instituto (IBGE, 2010a). Outro órgão utilizado para a descrição do campo de pesquisa foi o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que expõe informações socioeconômicas sobre o país e regiões (IBGE, 2010b).

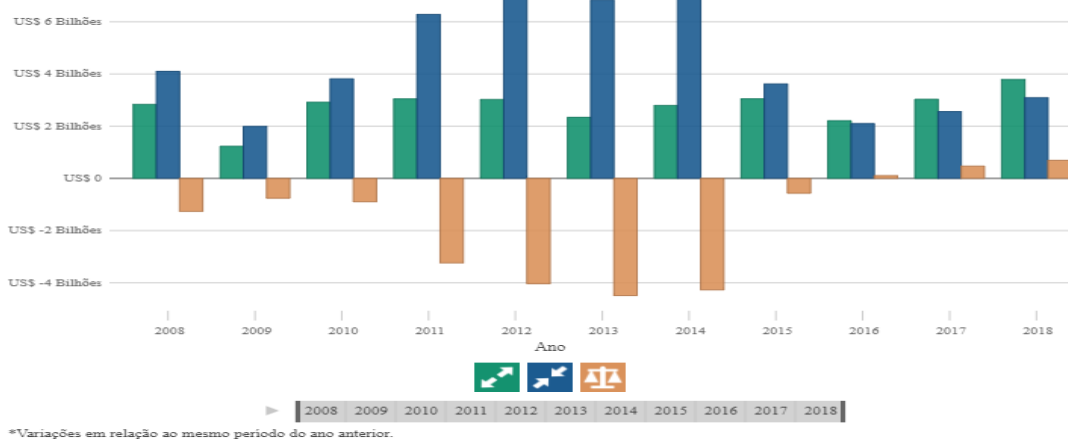
A utilização das bases de coleta de dados descrita acima pode caracterizar o presente estudo como também documental, definida por Gil (2010) como aquela que trata da utilização de arquivos de empresas privadas ou órgãos públicos para a composição do estudo.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A presente pesquisa dedica-se a identificar os principais pontos do comércio exterior maranhense em relação à República Popular da China. A princípio, retoma os quatro últimos anos de movimentações do comércio exterior maranhense, com o objetivo de caracterizá-lo e entender as recentes explorações do estado brasileiro.

Em dados atuais, fornecidos pelo Ministério da Economia, na pasta Indústria, Comércio Exterior e Serviços, o estado do Maranhão apresentou saldo deficitário em 2015, obtendo recuperação nos anos seguintes. Desde 2006, a balança comercial maranhense apresentava déficit, onde as importações superavam o registro do volume e dos valores exportados. O Gráfico 3 demonstra o quadro das exportações, importações e o saldo da balança comercial maranhense nos últimos dez anos.

Gráfico 3 – Exportações, importações e saldo da balança comercial maranhense de 2008 a 2018.



Fonte: Brasil (2019).

Observa-se que em 2016 a balança comercial apresentou saldo positivo e uma variação negativa de 42% nas importações e 27,5% no valor obtido através das exportações, fato que não ocorria há dez anos. A partir daí, apesar da redução no volume de exportações e – principalmente - nas importações, a economia maranhense voltada ao mercado externo obteve equilíbrio e, como consequência, vem apresentando resultados superavitários no saldo da balança comercial, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Exportações, importações e saldo da balança comercial maranhense de 2015 a 2018.

Ano	Exportações totais Valor FOB (US\$)	Importações Totais Valor FOB (US\$)	Saldo Valor FOB (US\$)
2018	3.828.117.862,00	3.094.076.014,00	734.041.848,00
2017	3.032.109.859,00	2.559.293.964,00	472.815.895,00
2016	2.209.829.813,00	2.101.754.691,00	108.075.122,00
2015	3.050.086.988,00	3.620.728.975,00	-570.641.987,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao se analisar a balança comercial maranhense sob a perspectiva da participação do estado nas exportações e importações brasileiras, observa-se que no período de 2015 a 2018, o estado do Maranhão apresentou queda nas participações do país em 2016 (GRÁFICO 4).

Gráfico 4 – Participação maranhense nas importações e exportações brasileiras entre 2015 e 2018.



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Nos anos seguintes, o estado apresentou um aumento na participação de exportações alcançando, em 2018, o mesmo patamar registrado no ano de 2015. No que se refere à participação nas importações, observa-se uma pequena evolução, em 2017 e 2018. De forma geral, ao contrário das exportações, a participação do Maranhão nas importações ficou abaixo do percentual registrado no primeiro ano.

Após análise da balança comercial, faz-se necessário traçar os principais produtos exportados e importados pelo Estado do Maranhão nos anos de 2015 a 2018, ressaltando a participação de mercado de cada um dos produtos. Ressalta-se que a análise foi feita com base nos dados obtidos pelo Ministério da Economia e da SECEX (BRASIL, 2019).

Nos anos 2015 e 2016, com base em informações obtidas por meio do *Comexstat* (BRASIL, 2019) e, utilizando o código e descrição da Classificação Uniforme do Comércio Internacional (CUCI), pais produtos exportados pelo Estado do Maranhão foram Minério de Alumínio, incluindo Alumina, Celulose e resíduos de papel, Sementes e frutos oleaginosos, Componentes de Ferro e o Algodão (TABELA 2).

Tabela 2 – Principais produtos que compõe a pauta exportadora do estado do Maranhão nos anos de 2015 a 2016.

CUCI	Descrição CUCI	2015	2016
		Valor FOB (US\$)	Valor FOB (US\$)
285	Minérios de alumínio e seus concentrados (incluindo alumina)	1.062.279.775,00	899.001.542,00
251	Celulose e resíduos de papel	722.277.078,00	581.356.799,00
222	Sementes e frutos oleaginosos, dos tipos utilizados para a extração de óleos vegetais fixos "leves" (excluindo as farinhas e pós)	691.977.586,00	355.075.941,00
671	Ferro-gusa, spiegel , ferro-esponja, grânulos e pó de ferro ou aço e ferro-ligas	281.479.106,00	188.387.149,00
263	Algodão	38.662.528,00	47.436.572,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Para tanto, como demonstrado na Tabela 2, no ano 2016, houve uma redução nos níveis de exportação maranhense, causados pela queda do *quantum* de *commodities* e pela sua desvalorização no preço. Porém, no mesmo ano, a queda apresentada no nível das importações possibilitou o registro da balança comercial superavitária, fenômeno não identificado em anos anteriores.

Já nos anos 2017 e 2018, conforme Tabela 3, os produtos mais exportados pelo mercado maranhense foram o Minério de Alumínio, Semente e frutos oleaginosos, a Celulose e componentes de ferro e Minério de ferro.

Tabela 3 – Principais produtos que compõe a pauta exportadora do estado do Maranhão nos anos de 2017 a 2018.

CUCI	Descrição CUCI	2017	2018
		Valor FOB (US\$)	Valor FOB (US\$)
285	Minérios de alumínio e seus concentrados (incluindo alumina)	1.253.499.329,00	1.630.169.625,00
222	Sementes e frutos oleaginosos, dos tipos utilizados para a extração de óleos vegetais fixos "leves" (excluindo as farinhas e pós)	710.316.459,00	988.387.960,00
251	Celulose e resíduos de papel	698.425.896,00	822.365.689,00
671	Ferro-gusa, spiegel , ferro-esponja, grânulos e pó de ferro ou aço e ferro-ligas	183.370.900,00	142.598.876,00
281	Minério de ferro e seus concentrados	54.218.832,00	68.109.025,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Ressalta-se que no ano 2018, o aumento do Minério de Alumínio se deu em razão da alta procura internacional. Já a Celulose, seguiu o crescimento dos preços internacionais ocorridos em 2017 - mesmo que a quantidade das exportações não tenha sido registrada em grande volume - as exportações de pasta de celulose variaram positivamente em relação ao ano anterior.

De modo geral, através dos dados apresentados, pode-se observar que o comércio exterior maranhense passa por variações em razão das altas e baixas do mercado internacional, principalmente em relação aos seus principais compradores: China, Canadá e Estados Unidos. Dessa maneira, o Estado busca com o passar dos anos a diversificação de destinos da produção, para que os impactos causados pela economia desses países sejam menores dentro do estado e da balança comercial.

No período analisado, o setor de exportação maranhense concentrou a pauta exportadora em oito principais países, Canadá, Estados Unidos, China, países Baixos, Itália, Argentina, Noruega e Espanha, intercalando posições no ranking de principais destinos das exportações maranhenses, conforme Tabela 4.

Tabela 4 – Principais países-destinos da pauta exportadora do Maranhão de 2015 a 2018.

Países	2018	2017	2016	2015
	Valor FOB (US\$)	Valor FOB (US\$)	Valor FOB (US\$)	Valor FOB (US\$)
China	976.341.249,00	645.265.351,00	235.744.882,00	603.245.110,00
Canadá	801.240.083,00	684.676.765,00	378.591.261,00	293.604.122,00
Estados Unidos	730.306.333,00	481.737.346,00	362.098.132,00	546.226.075,00
Argentina	183.909.699,00	132.916.766,00	167.312.094,00	118.806.253,00
Noruega	179.057.981,00	44.492.165,00	76.053.860,00	46.428.973,00
Espanha	171.203.766,00	168.068.074,00	59.897.292,00	197.562.280,00
Países Baixos (Holanda)	150.929.829,00	148.839.847,00	201.303.569,00	129.555.701,00
França	95.644.975,00	48.670.848,00	57.432.748,00	54.908.868,00
Itália	95.589.422,00	124.386.097,00	190.547.177,00	198.823.488,00
Islândia	75.974.226,00	49.401.760,00	35.439.913,00	260.280.474,00
Tailândia	51.053.645,00	29.843.297,00	68.519.467,00	19.321.205,00
Outros países	277.257.545,00	473.811.543,00	376.889.418,00	581.324.439,00
Total	3.788.508.753,00	3.032.109.859,00	2.209.829.813,00	3.050.086.988,00

Fonte: Dados da pesquisa.

O aumento das exportações em 2017, em relação ao ano anterior, foi registrado como consequência da alta das *commodities* de Minério de Alumínio e derivados e Minério de Ferro, alta está registrada a nível internacional. Os produtos agrícolas também obtiveram crescimento em volume, porém, não houve alteração no registro de preços.

Em relação ao ano 2016, a pauta exportadora passou por uma diversificação de países destinos, com o aumento de produtos exportados ao Canadá, e aumento da participação de países como Itália, Países Baixos, Argentina e Noruega. Porém, a concentração das exportações de 2016 residia principalmente em países como China, Estados Unidos e Canadá, possuindo 44,19% das exportações maranhenses.

Em 2017, o Canadá foi registrado como o primeiro no ranking de consumidores de produtos maranhenses, movimentado cerca de US\$ 684,68 milhões. Porém, no ano seguinte a República Popular da China ultrapassou as importações canadenses, com US\$ 976,34 milhões, seguido pelo Canadá, Estados Unidos e Argentina.

A partir do cenário apresentado sobre as características do comércio exterior maranhense inicia-se a análise dos dados referentes à República Popular da China, que, conforme mencionado anteriormente, está entre os cinco maiores destinos receptores de produtos do Estado do Maranhão e desde o ano 2008, apresenta-se como um dos principais receptores de produtos brasileiros.

Para tanto, a primeira análise remete aos pontos gerais sobre o comércio entre o Maranhão e a China, com os saldos da balança comercial e níveis de exportação e importação, seguido da

apresentação dos produtos que definem esse mercado e, por fim, a análise da participação maranhense nas exportações do Brasil para o país asiático.

No ano 2015 o Maranhão exportou um total de US\$ 603,24 milhões para a República Popular da China. No entanto, esse montante apresentou uma redução no ano 2016, onde as exportações decaíram para 235,74 milhões, fator anteriormente citado como decorrência da queda do volume total de exportações maranhenses ocorrida no período. A Tabela 5 demonstra o total anual de exportações Maranhenses para a República Popular da China.

Tabela 5 – Total anual de exportações maranhenses para a República Popular da China de 2015 a 2018.

Ano	Valor FOB (US\$)
2018	976.341.249,00
2017	645.265.351,00
2016	235.744.882,00
2015	603.245.110,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Com crescimento de 51,3% em relação ao ano 2017, o Estado do Maranhão exportou cerca de US\$ 976,34 milhões para a República Popular da China no ano 2018, trazendo o país para a primeira posição no *ranking* de exportadores da produção maranhense e a participação de 25, 8% do total exportado pelo estado.

Em relação aos principais produtos maranhenses exportados para a República Popular da China, observa-se que no ano 2018 houve um aumento da diversificação dos produtos exportados (TABELA 6).

Tabela 6 – Principais produtos maranhenses com destino à China, em 2018.

CUCI	Descrição CUCI Grupo	Valor FOB (US\$)
222	Sem entes e frutos oleaginosos, dos tipos utilizados para a extração de óleos vegetais fixos "leves" (excluindo as farinhas e pós)	815.116.445,00
251	Celulose e resíduos de papel	86.170.186,00
281	Minério de ferro e seus concentrados	50.919.508,00
263	Algodão	17.965.794,00
611	Couro	2.193.716,00
291	Matérias brutas de animais	331.590,00
931	Operações especiais e commodities não classificadas de acordo com o tipo	159.062,00
054	Produtos hortícolas, frescos, refrigerados, congelados ou simplesmente preservados (incluindo leguminosas secas); raízes, tubérculos e outros produtos vegetais com estíveis, frescos ou secos	23.078,00
012	Outras carnes e despojos com estíveis de carne, frescos, refrigerados ou congelados (exceto carne e despojos de carne impróprios para consumo humano)	16.564,00
057	Frutas e nozes (não incluindo nozes oleaginosas), frescas ou secas	12.476,00

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o cenário retratado constata-se que a pauta exportadora maranhense é composta principalmente por produtos primários, como produtos agrícolas ou minerais, seguindo o comportamento das exportações brasileiras para o país asiático.

Cabe ressaltar que os valores das *commodities* são amplamente afetados pelo cenário internacional, pois quando ocorre queda nos preços a nível internacional, há também grandes possibilidades da queda de preços a nível regional, o que torna a economia maranhense

vulnerável a economia externa. Fato agravado pela pouca diversidade dos destinos da pauta exportadora do Estado do Maranhão, como já mencionado anteriormente. Nesse sentido, cabe a exposição da participação maranhense nas exportações brasileiras para a República Popular da China.

Uma importante análise diz respeito aos dados do *Comexstat* (BRASIL, 2019), onde o número total da pauta exportadora é comparado à exportação maranhense para a República Popular da China, na intenção de obter o percentual de participação maranhense nas exportações brasileiras ao país asiático.

Para tanto, serão utilizados os principais produtos que fundamentam o comércio exterior maranhense com a República Popular da China, conforme observado anteriormente, para efeitos de comparação com as exportações totais brasileiras, a fim de que se encontre o índice de participação.

Observa-se na Tabela 7, que no ano de 2015 o Maranhão contribuiu com 39% da pauta exportadora de Medicamentos e produtos farmacêuticos com destino a China.

Tabela 7 – Participação das exportações maranhenses com destino a República Popular da China em 2015.

CUCI	Descrição CUCI Grupo	Maranhão	Brasil	Participação (%)
		Valor FOB (US\$)	Valor FOB (US\$)	
222	Sementes e frutos oleaginosos, dos tipos utilizados para a extração de óleos vegetais fixos "leves" (excluindo as farinhas e pós)	407.823.592,00	15.787.785.730,00	3%
251	Celulose e resíduos de papel	146.112.181,00	1.862.365.079,00	8%
285	Minérios de alumínio e seus concentrados (incluindo alumina)	43.047.285,00	143.676.534,00	30%
541	Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto medicamentos do grupo 542	3.424.896,00	8.795.730,00	39%
263	Algodão	2.526.277,00	165.778.639,00	2%

Fonte: Dados da pesquisa.

Se comparado aos demais produtos, as exportações de Medicamentos, entretanto, apresentam um menor grau de participação nas exportações, em relação ao Valor FOB.

Por sua vez, a celulose proveniente do estado, apresenta 30% de participação nas exportações brasileiras para a China, com o valor monetário mais representativo nas exportações totais.

Entretanto, ao se analisar o ano de 2016, o nível de participação de cada produto decaiu por conta da queda nas exportações totais maranhenses, fenômeno este já expressado anteriormente. Os números mais expressivos de participação ficam por conta da pauta Celulose e resíduos de papel, que obteve cerca de 1,61% nas participações das exportações brasileiras para a China (TABELA 8).

Tabela 8 – Participação das exportações maranhenses com destino a República Popular da China em 2016.

CUCI	Descrição CUCI Grupo	Maranhão	Brasil	Participação (%)
		Valor FOB (US\$)	Valor FOB (US\$)	
222	Sementes e frutos oleaginosos, dos tipos utilizados para a extração de óleos vegetais fixos "leves" (excluindo as farinhas e pós)	187.986.281,00	14.386.470.816,00	1,31%
251	Celulose e resíduos de papel	34.942.811,00	2.166.325.848,00	1,61%
611	Couro	2.512.494,00	559.915.677,00	0,45%
285	Minérios de alumínio e seus concentrados (incluindo alumina)	2.335.389,00	122.097.726,00	1,91%
281	Minério de ferro e seus concentrados	2.045.236,00	7.314.834.717,00	0,03%

Fonte: Dados da pesquisa.

No ano posterior, em 2017, observa-se pouca modificação, onde os principais produtos exportados pelo Maranhão para a China - a Celulose e Sementes e frutos oleaginosos - correspondem ao percentual de 2,6% e 5,7%, respectivamente, passando por um pequeno aumento na contribuição às exportações brasileiras (TABELA 9).

Tabela 9 – Participação das exportações maranhenses com destino a República Popular da China em 2017.

CUCI	Descrição CUCI Grupo	Maranhão Valor FOB (US\$)	Brasil Valor FOB (US\$)	Participação (%)
222	Sementes e frutos oleaginosos, dos tipos utilizados para a extração de óleos vegetais fixos "leves" (excluindo as farinhas e pós)	492.534.010,00	18.831.132.592,00	2,6%
251	Celulose e resíduos de papel	145.846.447,00	2.572.550.508,00	5,7%
263	Algodão	3.380.207,00	132.896.308,00	2,5%
611	Couro	1.944.597,00	353.101.207,00	0,6%
541	Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto medicamentos do grupo 542	787.200,00	4.655.468,00	16,9%

Fonte: Dados da pesquisa.

Entretanto, novamente, os produtos com maior participação a nível nacional foram Medicamentos e produtos farmacêuticos, com 16,9% da pauta com destino a República Popular da China, com baixo valor monetário em relação os demais produtos. Em 2018, o grupo Celulose passou por um significativo aumento nas exportações brasileiras para a China, aumentando também a participação maranhense, conforme Tabela 10.

Tabela 10 – Participação das exportações maranhenses com destino a República Popular da China em 2018.

CUCI	Descrição CUCI Grupo	Maranhão Valor FOB (US\$)	Brasil Valor FOB (US\$)	Participação (%)
222	Sementes e frutos oleaginosos, dos tipos utilizados para a extração de óleos vegetais fixos "leves" (excluindo as farinhas e pós)	818.078.974,00	27.233.072.304,00	3,0%
251	Celulose e resíduos de papel	86.170.186,00	3.471.013.493,00	2,5%
281	Minério de ferro e seus concentrados	50.919.508,00	10.931.536.595,00	0,5%
263	Algodão	18.350.815,00	524.727.789,00	3,5%
611	Couro	2.193.715,00	366.178.478,00	0,6%

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda, há adição da pauta Algodão com 3,5% de participação na pauta exportadora brasileira, entre os itens mais exportados para a República Popular da China.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa então expôs uma série de características associadas ao comércio exterior brasileiro, ao comércio exterior do estado do Maranhão e às relações obtidas através das exportações para a República Popular da China, observando através de dados, os principais pontos a serem comentados sobre as relações comerciais entre os dois territórios.

Primeiramente, foram abordadas as principais teorias do comércio internacional, na intenção de demonstrar o motivo pelo qual as nações comercializam entre si e a maneira com que elas interagem comercialmente a fim de obter vantagem no comércio.

A formação do comércio exterior brasileiro também foi tópico do trabalho, visando apresentação das medidas adotadas historicamente pelo Brasil em relação ao comércio exterior, seguindo pelas medidas de proteção ao mercado internacional até o estímulo ao comércio internacional, nos anos onde práticas liberais foram adotadas.

Na pesquisa utilizou-se dados do Ministério da Economia, no ano de 2019, encontrados através do sistema *Comexstat*. O sistema é responsável pela organização de dados referentes às exportações e importações brasileiras, discriminando por estado produtor, país destino e grupos de produtos. Para tanto, utilizou-se a descrição da Classificação Uniforme para Comércio Internacional.

Através desse arranjo de dados observou-se, em uma análise preliminar, as principais características do comércio exterior do estado do Maranhão, durante os anos de 2015 a 2018, período de avaliação da pesquisa, constatando-se que, em anos anteriores ao ano de 2016 a balança comercial maranhense apresentava déficit, ou seja, importações que ultrapassavam as exportações em valor e volume. Porém, os anos seguintes demonstram superávit na balança comercial maranhense, aumentando também o grau de participação do Estado na balança comercial brasileira.

Os principais produtos exportados pelo Maranhão no período analisado compreenderam, principalmente produtos primários, com pouco ou nenhum processamento e que, por sua vez, possuem baixo valor agregado, a exemplo do Minério de Alumínio, Celulose e Sementes de Frutos Oleaginosos. Logo, os três apresentam-se como os produtos mais exportados pelo estado do Maranhão, entre os anos de 2015 e 2018.

Os países que mais recebem produtos do estado do Maranhão foram identificados como China, Canadá e Estados Unidos, com tentativas de diversificação dos compradores da produção maranhense. No entanto, esses países ainda possuem grande parcela da pauta exportadora do estado, fato que influencia diretamente o preço e volume das exportações maranhenses, sendo os itens vulneráveis às mudanças na economia desses países.

Ao se analisar a participação no comércio exterior maranhense com a República Popular da China, entre os anos de 2015 a 2018, percebe-se que o aumento das exportações para a China garantiu a primeira posição no *ranking* de exportadores de produtos maranhenses. Os produtos exportados para a China foram identificados como produtos básicos, primários provenientes da agricultura e extração de minério, sendo estes também já identificados como os principais produtos que compõem a pauta exportadora maranhense. Nos anos de 2015 a 2017, a pauta concentrou-se principalmente em Sementes de frutos oleaginosos e Celulose. Já no ano de 2018 houve uma maior diversificação da pauta exportadora.

A análise seguinte compara a pauta exportadora brasileira com a China, na qual foram medidos os principais produtos exportados do Maranhão para a República Popular da China com o total exportado pelo Brasil. Assim, percebe-se que a pauta exportadora maranhense para a China ainda representa um pequeno percentual se comparado aos demais estados do Brasil.

Acredita-se que a análise das relações comerciais entre a República Popular da China e o estado do Maranhão, permitiu compreender as características do comércio exterior maranhense no processo de exportação para o seu principal consumidor. Para complementar o estudo outros conteúdos podem ser abordados, como os índices da balança de pagamentos, investimento estrangeiro aplicado, índices de importação e fatores econômicos que afetam o mercado internacional, proporcionando altas e baixas no preço e volume da produção, não abordados no presente texto.

REFERÊNCIAS

- BAUMANN, R. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio. **Comex Vis 2019**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: www.mdic.gov.br. Acesso em: 3 jun. 2019.
- BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CARBAUGH, R. J. **Economia internacional**. São Paulo: Pioneira; Thomson; Learning, 2004.
- CASSANO, F. A. A teoria econômica e o comércio internacional. **Pesquisa & Debate: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 112-128, 2002.
- CASTRO, R. G. **Relações Econômicas Internacionais**. Brasília, DF: Vestcon, 2004.
- FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013. 64 p.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GONÇALVES, R. **Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 319 p.
- Helpman, Elhanan, 1984. "**Increasing returns, imperfect markets, and trade theory**," Handbook of International Economics, in: R. W. Jones & P. B. Kenen (ed.), Handbook of International Economics, edition 1, volume 1, chapter 7, pages 325-365 Elsevier.
- HELPMAN, E; KRUGMAN, P. R. **Market structure of foreign trade, increasing returns, imperfect competition and international economy**. [S. l.]: The MIT Press, 1991. 261 p.
- HECKSCHER, E. F. (1919) "The effect of foreign trade theory of international trade". In: ELLIS, H. S.; METZLER, L. A. (Eds) **Readings on The Theory of International Trade**. Londres: George Allen and Unwin Ltd, 1950, pp. 272-300.
- IBGE. **Área territorial brasileira**. Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 3 jun. 2019.
- IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 3 jun. 2019.
- KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. 10. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. 76 p.
- LEONTIEF, W. Domestic production and foreign trade: the american position re-examined. **Proceedings of the American Philosophical Society**, n. 37, 1953.
- LINDER, S. **An essay on trade an transformation**. New York: John Wiley, 1961.
- MACHADO, D. L. **A qualificação da mão-de-obra no comércio internacional brasileiro: um Teste do Teorema de Heckscher-Ohlin**. Rio de Janeiro: BNDES, 1997.

- MARANHÃO. Agência de Notícias. **Governo do Maranhão cumpre agenda na China e avança nos debates sobre empreendimentos no estado**. São Luís, 2017. Disponível em: <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/desenvolvimento/governo-do-maranhao-cumpre-agenda-na-china-e-avanca-nos-debates-sobre-empreendimentos-no-estado>. Acesso em: 3 jun. 2019.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- OHLIN, B. **Interregional and international trade**. Cambridge: Harvard University Press, 1933.
- PORTER, M E. **A vantagem competitiva das nações**. 15. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989. 21 p.
- RICARDO, David. **Princípios de economia política e de tributação**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- SALVATORE, D. **Economia internacional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2000.
- SAMUELSON, P. A. International factor-price equalisation once again. *Economic Journal*, v. 59, n. 234, p. 181-197, 1948.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Madras, 2009.
- SOARES, C. C. S. **Introdução ao comércio exterior: fundamentos teóricos do comércio internacional**. São Paulo: Saraiva, 2004. 13 p.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 47 p.
- VERNON, R. La inversión internacional y el comercio internacional em el ciclo de productos. *In*: ROSENBERG, N. (org.). **Economia del cambio tecnológico**. Trad. de Eduardo L. Suarez. México: Fondo de Cultura Económico, 1979.
- WERNECK, P. **Comércio exterior e despacho aduaneiro**. 4. ed. Curitiba: Jorúá, 2011. 22 p.